


Congruência Política e Representação Partidária na 54^a Legislatura da Câmara Federal

Political Congruence and Party Representation in the 54th Legislature of the National Congress

*Ana Paula Brito Maciel¹ 

*Celene Tonella² 

*Éder Rodrigo Gimenes³ 

Resumo

O presente artigo analisa em que medida os parlamentares dos três partidos mais expressivos na 54^a Legislatura (2011-2015) – PT, PMDB e PSDB – representam ideologicamente os seus eleitores, colaborando com o debate sobre a representação política no Brasil. As análises decorreram da utilização de *survey* aplicado aos parlamentares do Congresso Nacional por meio da Pesquisa Legislativa Brasileira em 2013 e por dados de opinião pública do projeto *Latin American Public Opinion Project* em 2014. A pesquisa se voltou à observação das tendências centrais de autopoicionamentos em uma escala Esquerda-Direita e com relação a temas específicos de cunho pós-materialista. O conjunto de análises identifica que, dentro do contexto analisado, a maioria dos temas apresentam alta congruência política entre os parlamentares e os respectivos eleitores dos partidos políticos analisados com relação aos seguintes temas: aborto, união homoafetiva e meio ambiente *versus* economia.

Palavras-chave: representação política; congruência legislativa; pós-materialismo.

Abstract

This article analyzes the extent to which parliamentarians of the three most expressive parties in the 54th Legislature (2011-2015) - PT, PMDB e PSDB - ideologically represent their voters, collaborating with the debate on political representation in Brazil. The analyzes resulted from the use of a survey applied to congressmen of the National Congress through the Brazilian Legislative Survey in 2013 and by public opinion data from the Latin American Public Opinion Project in 2014. The research focuses the observation of the central trends of self-positioning on a Left-Right scale and in relation to specific themes of a post-materialist nature. The set of analyses

¹Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política e Sociologia (PPGCP/UFPR, Curitiba, PR, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5606-9005>.

² Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais. (PGC/UEM, Maringá, PR, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5762-113X>.

³ Universidade Estadual de Maringá, Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais. (PGC/UEM, Maringá, PR, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2059-186X>.

identified that, within the context analyzed, most of the themes present high political congruence between parliamentarians and their respective voters of the political parties analyzed regarding the following topics: abortion, homoaffective union and environment *versus* economy.

Keywords: political representation; congruence legislative; post-materialism.

1. Considerações Iniciais

Os estudos empíricos de representação são relevantes por constatarem em que medida os cidadãos e seus representantes concordam no que tange aos posicionamentos políticos e ideológicos. A importância deve-se ao fato de que em uma democracia representativa há a expectativa de que os interesses, opiniões e preferências dos cidadãos sejam contemplados pelos representantes eleitos.

Considerando a relevância do avanço de estudos que verifiquem a correlação entre representantes e representados no Brasil, o presente artigo teve como propósito colaborar com estudos empíricos que analisam o grau de congruência política entre parlamentares do legislativo federal e cidadãos.

Os partidos políticos têm, no processo de representação, importância fundamental para o tipo de investigação proposto, pois permitem verificar se os partidos representam ideologicamente os seus eleitores e se há conformidade nos posicionamentos em relação a políticas públicas específicas (CARREIRÃO, 2014). No sistema político brasileiro, a análise de representação política não pode ser entendida sem os partidos políticos, considerando que são organizações através das quais os eleitores canalizam suas demandas (SARTORI, 1976).

As preferências e opiniões políticas podem ser identificadas por meios variados. Costumeiramente são feitos por meio da análise dos manifestos dos partidos, *surveys* com *experts*, percepção dos eleitores, pelo voto e/ou por meio de *surveys* aplicados diretamente ao grupo estudado (CARREIRÃO, 2014). Sendo assim, optamos por utilizar banco de dados produzidos por instituições internacionais que foram aplicados diretamente aos parlamentares e à população brasileira.

Os posicionamentos dos parlamentares foram levantados por instrumento da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), aplicado diretamente a parlamentares federais. Nos limitamos à pesquisa realizada em 2013, referente ao período da 54ª legislatura (2011-2014) do Congresso Nacional, por conta da inclusão de questões pós-materialistas. A aplicação obteve 148 respostas, correspondendo a 23,2% daquela população.

Deste modo, utilizamos tal amostra não probabilística devido à indisponibilidade de *surveys* desenvolvidos que atendam um marco amostral representativo da população formada pelos parlamentares. Deste modo, a amostra impossibilita a generalização dos resultados, no entanto a análise é proveitosa para apontar tendências centrais e contribuir para a Ciência Política, mais especificamente para os estudos de representação política no Brasil.

Para associarmos os posicionamentos dos parlamentares aos eleitores, utilizamos a pesquisa de opinião pública empreendida no âmbito do *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP), realizada em 2014 com uma amostra representativa da população nacional. O projeto teve 1500 respondentes, porém apenas 334 afirmaram que se identificavam com algum partido político, o que corresponde a 22,3% dos entrevistados. Destes, analisamos os eleitores identificados com PT, PSDB e PMDB.

Diante do exposto, este artigo objetiva identificar se os parlamentares dos três partidos destacados se posicionavam congruentemente com seus eleitores em termos ideológicos e com relação a temas pós-materiais no contexto da legislatura 2011-2014, quais sejam: aborto, união homoafetiva e meio ambiente versus economia.

O presente artigo está subdividido em três seções, além desta introdução e de considerações finais. Na próxima, exploramos a congruência política por meio das principais abordagens da literatura sobre o tema e a maneira de se trabalhar o conceito nos limites da realidade brasileira, caracterizada por um sistema partidário extremamente fragmentado, no qual o grande volume de legendas dificulta aos eleitores conhecê-las. Em seguida, abordamos os elementos da congruência política à luz da 54ª Legislatura Federal e sua relação com os brasileiros em geral. Por fim, demonstramos a existência de relativa congruência entre parlamentares e eleitores com relação ao auto posicionamento ideológico e às questões sobre aborto, união homoafetiva e proteção ambiental em detrimento de desenvolvimento econômico.

2. Congruência Política: Das Definições à Perspectiva Nacional

Os estudos de representação política exploram os principais aspectos do conceito e sua relação com a democracia, sendo um dos debates mais expressivos dentro da teoria política contemporânea. Pitkin (1967) discutiu o conceito de representação e seus paradoxos, propondo que a conceituação deve ser centrada nas intenções e atos dos indivíduos, sendo, portanto, uma atividade social. Nesse sentido, o aperfeiçoamento da democracia representativa deve incluir a participação dos cidadãos para além do voto e não reduzindo as esferas de decisões para os representantes. O conceito de representação construído por Pitkin está no agir substantivo, enfatizando duas dimensões: a equivalência recíproca entre representante e representado e a exigência de que o representado deve estar de alguma maneira presente. Assim, é importante que haja reciprocidade, definindo representação como responsividade do representante às preferências dos representados.

Alguns autores consideram que a representação e a democracia possuem a mesma origem, tal como defendeu Urbinati (2006) ao alegar que a democracia representativa não deve ser vista como menos democrática que a democracia direta, visto que a segunda não garante que todos tenham voz, podendo ser uma participação passiva apesar da presença. A autora defende que a representação democrática é um modo de participação política que pode ativar uma variedade de formas de controle e supervisão dos cidadãos, sendo um processo circular entre práticas sociais e instituições estatais. O representante precisa ser constantemente recriado, na busca de harmonia contínua com a sociedade para aprovar leis legítimas.

Uma teoria da democracia representativa marca o início da política como “uma arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo” (URBINATI, 2006, p. 193). A autorização eleitoral é essencial para determinar os limites e a responsabilidade política, entretanto apesar das eleições esboçarem a representação não significa que elas produzam um governo efetivamente representativo.

O controle dos eleitores sobre as decisões dos políticos tem sido ineficaz na maioria das democracias existentes. O poder do voto nas eleições é o instrumento do cidadão, porém não é possível o controle de milhares de metas. Diante disso, as eleições não são suficientes para que os cidadãos possam assegurar que os governantes buscarão, de fato, maximizar seu bem-estar (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006).

De acordo com Carreirão (2014), a literatura denota a importância de vínculos programáticos e ideológicos entre representantes e cidadãos para uma efetiva *accountability* e para a confiança dos cidadãos no sistema. Otero-Felipe e Zepeda-Rodríguez (2010) afirmaram que os estudos sobre representação política verificam em torno de qual eixo os regimes políticos democráticos giram, sendo duas as abordagens teóricas predominantes: a análise de representação por meio de eleições e a análise empírica que verifica em que medida os políticos correspondem às preferências dos cidadãos, chamada de congruência política.

Para Converse e Pierce (1986), comparar a preferência das elites políticas e dos cidadãos é central nos estudos de representação, pois são análises que permitem observar em que medida os representantes consideram as opiniões e preferências daqueles que representam. Destarte, congruência não pode ser comparada com representação, ainda que uma maior ou menor correspondência entre as opiniões dos cidadãos e seus representantes seja um indicador de responsividade dos governos às demandas dos governados.

Embora haja diversos estudos teórico-normativos que debatam a respeito da democracia representativa, as discussões normalmente voltam-se para a problemática de que os eleitores/cidadãos nem sempre são efetivamente representados pelos partidos políticos e parlamentares eleitos. O interesse nesse tipo de trabalho é mais recorrente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, tanto que Otero-Felipe e Zepeda-Rodríguez (2010) ponderaram que poucos estudos de representação política conceituados como congruência foram desenvolvidos com foco na região da América Latina, havendo diferentes fatores que ajudam a explicar essa circunstância, como o processo de consolidação democrática, períodos de instabilidade partidária e especialmente a ausência de evidências empíricas até recentemente.

Em grande parte dos estudos sobre representação política, o primeiro apontamento para uma boa representação é se os políticos eleitos agem de acordo com as preferências do seu eleitorado. Em estudos transversais, esse critério é chamado *policy congruence*, *issue congruence* ou *ideological congruence*, os quais também englobam o debate sobre quais sistemas eleitorais – majoritários ou de representação proporcional – produzem maior congruência (ANDEWEG, 2011).

O primeiro estudo relevante sobre congruência política foi realizado por Miller e Stokes (1963), em que o enfoque da análise foi a congruência entre representantes individuais e seus eleitores em cada distrito americano. Um estudo posterior, realizado por Weissberg (1978), criticou o modo pelo qual Miller e Stokes desenvolveram a análise, apontando que se tratava de representação diática (*one legislator and one constituency*) e propôs uma análise que nomeia como representação coletiva. Dessa maneira, os resultados seriam mais significativos, pois mesmo que um parlamentar não representasse bem o eleitorado de um distrito, o conjunto de parlamentares poderia representar bem o país.

Segundo Otero-Felipe e Zepeda-Rodríguez (2010), os estudos de congruência podem ser realizados por duas abordagens diferentes, mas complementares. De um lado, Weissberg (1978) propôs uma medida global, comparando a média das posições de emissão de todos os representantes em uma legislatura com a média de todo o eleitorado, sendo um estudo de congruência do ponto de vista coletivo. Por outro lado, se a abordagem partir de um ponto de vista individual (diático), as posições dos legisladores em relação aos seus eleitores é que são analisadas. Os autores assumem

que, quanto à formação de políticas públicas, existe uma diferença considerável entre as preferências de opinião pública e as diferentes políticas que são, de fato, implementadas. Nesse sentido, apesar de reconhecermos a existência dos processos interativos entre as elites políticas e os cidadãos há o foco na análise do grau de congruência ideológica entre partidos e seus eleitores de diversos países em um momento específico do tempo.

Estudos posteriores ao de Miller e Stokes (1963) empenharam-se em analisar a relação entre mudança na opinião pública e mudanças nas políticas públicas. Page e Shapiro (1983) analisaram dois *surveys* que demonstravam a opinião dos cidadãos sobre uma questão específica e relacionaram-no com as mudanças na opinião pública e nas políticas governamentais dos Estados Unidos, além de examinarem se, nos casos que havia congruência, era a opinião pública que influenciava a política ou vice-versa.

Achen (1977, 1978) desenvolveu um conjunto de medidas para operacionalizar o conceito de representação, como alternativa para correção entre as preferências de elites e cidadãos, havendo três maneiras de medir a representação: 1) proximidade, que se refere a convergência de posições entre partidos e eleitores; 2) centrismo, que mede o grau de concordância entre o partido e a posição média dos eleitores; e 3) responsividade, que mede como partidos respondem os movimentos na posição ideológica média dos eleitores.

Muitos estudos mais recentes (ASSIS; MENDES, 2020; OTERO FELIPE; MATEOS; RIVAS, 2020; ROMERO, 2021) corroboram a afirmação de Carreirão (2014) de que é possível dividir os estudos sobre congruência política em dois tipos: 1) por meio da comparação entre preferências/opiniões dos eleitores com as preferências dos representantes ou com as promessas dos partidos votados e 2) por meio da comparação entre preferências/opiniões dos eleitores com as políticas efetivamente aprovadas. Independentemente do tipo de congruência analisada há sempre a tendência de compreender a representação como um processo, um modelo dinâmico de representação onde os estudos mostram a proximidade das preferências dos representantes e políticas implementadas e das preferências políticas dos cidadãos, ao longo do tempo.

Assim, conceituar congruência depende se o foco está em um cidadão ou muitos cidadãos e um representante ou muitos representantes. É possível estabelecer três tipos de relações de congruência, assumindo uma única dimensão ideológica: 1) um cidadão e um representante (*one-to-one relationships*); 2) um cidadão e muitos representantes (*many-to-one relationships*) e; 3) muitos cidadãos e muitos representantes (*many-to-many relationships*) (GOLDER; STRAMSKI, 2010).

A análise de congruência aqui proposta tem como foco verificar se os partidos políticos refletem as preferências ideológicas de eleitores com eles identificados, a chamada *many-to-many relationship*, interessante quando o estudo deseja saber se “as legislaturas substantivamente representativas aumentam os níveis de legitimidade democrática e responsividade, satisfação com a democracia, participação política ou eficácia pessoal e confiança no processo político” (GOLDER; STRAMSKI, 2010, p. 95).

No Brasil, perpassa-se a percepção do aumento de uma desconexão da sociedade com os partidos políticos, justificada por variados fatores. Conforme Carreirão (2014), há um sistema partidário extremamente fragmentado, cujo grande volume de legendas dificulta aos eleitores conhecê-las, gerando problemas de *accountability* e repercute na qualidade da representação. Quanto à abordagem

culturalista, estudos de opinião pública apontam que a maior parte dos eleitores dispõe de baixa sofisticação política e cognitiva, o que dificulta o estabelecimento de laços partidários (GIMENES, 2018a).

Entre os fatores que dificultam o desenvolvimento dos partidos no Brasil e assinalam a conjuntura do baixo grau de institucionalização das legendas partidárias, podemos destacar o personalismo político, a desconfiança do eleitorado com relação aos partidos, alta volatilidade eleitoral, fragilidade de partidos, multiplicidade de legendas, ineficácia das instituições políticas, clãs regionais e famílias no poder, denúncias de corrupção e proximidade dos programas partidários. A complexa estrutura institucional dificultaria o fortalecimento dos partidos políticos e a alta fragmentação e o pluralismo gerariam dificuldade entre os eleitores para reconhecerem e afeiçoarem-se aos partidos políticos (GIMENES, 2018b).

Conforme destaque de Ribeiro e Bolognesi (2018), uma série de pesquisadores debatem a crise entre eleitores e partidos políticos, inclusive em democracias consolidadas e com alto grau de institucionalização, gerando uma discussão acerca da indiferenciação de legendas em que partidos de “esquerda”, “centro” e “direita” teriam cedido suas bandeiras para um pragmatismo eleitoral. O Brasil, que vive um contexto de democracia frágil, apresenta uma perda de identidade partidária que é frequentemente anunciada na imprensa e nos discursos de atores políticos.

Com relação ao recorte deste artigo, foram selecionados para análise três os partidos políticos que mais se destacaram no sistema partidário nas três primeiras décadas desde a redemocratização e também mais expressivos na 54ª legislatura (2011-2014): o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁴, o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

O predomínio do PMDB se manifesta nos níveis subnacionais, nas eleições para governadores e da maioria das prefeituras (FLEISCHER, 2007) e nas disputas legislativas (COUTO; ABRUCIO; TEIXEIRA, 2013), sendo também o partido com maior capilaridade nas municipalidades, com cobertura praticamente integral do território nacional (BRAGA; RODRIGUES-SILVEIRA; BORGES, 2012). Por outro lado, o PT e o PSDB são partidos que polarizaram as disputas majoritárias em sucessivas eleições presidenciais, que levaram à vitória Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB em 1994 e 1998 e Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e 2006 e Dilma Rousseff em 2010 e 2014, ambos pelo PT (GIMENES, 2015)⁵.

Em conjunto, essas três legendas ocuparam quase 44% do total de cadeiras da Câmara Federal na gestão 2011-2014, sendo 17,08% de parlamentares do PMDB, 15,99% PT e 10,82% do PSDB, o que significa que os outros 32 partidos elegeram aproximadamente 56% dos parlamentares. Isto posto, concordamos com a afirmação de Carreirão (2014) de que se tratavam, naquele período, de três forças que protagonizavam o debate político-partidário nacional, com distintos impactos e influências na conformação de alianças, projetos políticos e construção de governos.

Ademais, entre o eleitorado também se verificou – tanto em perspectiva histórica quanto em 2014 – a predominância de PMDB, PT e PSDB como as legendas com maior identificação partidária entre os brasileiros. Conforme evidencia Gimenes

⁴ Em 2017 O PMDB volta a assumir a sigla MDB, Movimento Democrático Brasileiro

⁵ Não é escopo deste artigo promover o debate sobre a conformação histórica do PMDB, do PT e do PSDB, o que é contemplado em balanços de literatura sobre a constituição do sistema partidário nacional produzidos por autores como Carreirão (2014), Gimenes (2018a) e Faeti (2020), por exemplo.

(2015), o PMDB emergiu inicialmente como principal partido entre o eleitorado no período democrático atual, mas logo foi superado pelo PT, que até 2021 segue concentrando a maioria dos eleitores que declaram se identificar com algum partido político, cabendo ao PSDB posição secundária de destaque especialmente por conta das disputas presidenciais até 2014. Em balanço sobre as relações entre eleitores e partidos políticos no Brasil, Gimenes (2018a) afirmou que, considerada uma síntese do conhecimento acadêmico sobre o enraizamento dos partidos políticos entre o eleitorado brasileiro, o PT protagonizaria o sistema multipartidário por concentrar a simpatia partidária e também os sentimentos negativos (antipetismo), o que reforçou o argumento clássico de Singer (2000) de que o partido seria a espinha dorsal do sistema partidário nacional por conta de sua expressividade e diferenciação com relação às demais legendas.

3. A 54ª Legislatura do Legislativo Federal e o Eleitorado Brasileiro

Os estudos de congruência apresentam duas possibilidades de análise: por meio do posicionamento de representados e representantes em uma escala esquerda-direita (*ideological congruence*) e com relação a questões específicas (*issue congruence*), conforme salientou Andeweg (2011).

We need to compare the policy preferences of voters with the policy preferences of representatives. Voter preferences are customarily measured in surveys, often using a general Left-Right scale or specific issue scales. [...] a type of study measures representatives' positions in the same way as voters' positions are measured: by asking the representatives directly, in a survey, using Left-Right and/or issue scales. Such studies, however, are relatively rare (ANDEWEG, 2011, p. 40)⁶

Englobamos, aqui, as duas possibilidades de análise e, para tanto, analisamos em um primeiro momento o posicionamento ideológico dos eleitores comparados aos dos representantes em uma escala esquerda-direita e em um segundo momento a congruência relativa a questões específicas. Procuramos reunir as duas possibilidades analíticas para obter um resultado mais abrangente sobre o debate que envolve ideologia.

As preferências e opiniões políticas podem ser identificadas por meios variados e, costumeiramente nos estudos de congruência, são feitos por meio da análise dos manifestos dos partidos, *surveys* com experts, percepção dos eleitores, pelo voto e/ou por meio de *surveys* aplicados diretamente ao grupo estudado (CARREIRÃO, 2014). Sendo assim, optamos por utilizar banco de dados produzidos por instituições internacionais que foram aplicados diretamente aos parlamentares e à população brasileira.

Os posicionamentos dos parlamentares foram levantados por instrumento da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), projeto iniciado em 1990 por Timothy Power, da University of Oxford, ao qual *surveys* são aplicados diretamente a parlamentares

⁶Tradução livre: “precisamos comparar as preferências políticas dos eleitores com as preferências políticas dos representantes. As preferências dos eleitores geralmente são medidas em *surveys*, muitas vezes usando uma escala geral de Esquerda-Direita ou escalas específicas de questões. [...] um tipo de estudo mede as posições dos representantes da mesma forma que as posições dos eleitores são medidos: perguntando diretamente aos representantes, em um *survey*, usando escalas de Esquerda-Direita e/ou escalas de temas específicos. Tais estudos, no entanto, são relativamente raros” (ANDEWEG, 2011, p. 40).

federais. No Brasil já foram divulgadas sete ondas da pesquisa⁷, porém como não se trata de um estudo longitudinal, nos limitamos à pesquisa realizada em 2013.

O recorte cronológico se ajusta ao período da 54ª legislatura (2011-2014) do Congresso Nacional. Uma das razões para nos determos a este íterim é o fato de que variáveis com questões pós-materialistas só foram incluídas na PLB na edição de 2013. Esta edição apresentou um número total de 148 respostas, correspondendo a uma amostra que abrange 23,2% da população total formada pelos parlamentares do Congresso Nacional.

Para associarmos os posicionamentos dos parlamentares aos eleitores, utilizamos a pesquisa de opinião pública empreendida pelo instituto internacional de pesquisa Latin American Public Project (Lapop), realizada em 2014 com uma amostra representativa da população nacional. O projeto teve 1500 respondentes, porém apenas 334 afirmaram que se identificavam com algum partido político, o que corresponde a 22,3% do total da população entrevistada. Destes respondentes que possuem alguma simpatia partidária serão analisados os eleitores que se identificam com o PT, PSDB e PMDB.

Em nossa apresentação dos dados cabe inicialmente expor a frequência de respostas dos filiados aos partidos estudados e dos cidadãos que manifestaram identificação com PMDB, PT ou PSDB.

Tabela 1 - Distribuição da filiação dos parlamentares e da simpatia do eleitorado, por partido

Partido	Parlamentares (%)	PLB (n)	Eleitorado (%)	LAPOP (n)
PT	12,8	19	54,2	181
PMDB	17,6	26	17,7	59
PSDB	10,1	15	10,8	36
Outros partidos	59,5	88	17,3	58
Total	100	148	100	334

Fonte: PLB (2013)⁸ e LAPOP⁹ (2014).

Na tabela, verificamos que 40,5% dos parlamentares que participaram da PLB em 2013 eram filiados a um dos três partidos, enquanto para o partidário havia concentração de 82,7% das manifestações entre essas legendas, com destaque ao PT, cuja discrepância entre parlamentares e eleitores se justifica conforme pesquisas que apontam a concentração do eleitorado identificado com o partido no Brasil ao longo do tempo (GIMENES, 2015, 2018a, 2018b; KINZO, 2007; SINGER, 2009; VEIGA, 2011).

4. Congruência Política entre Parlamentares e Eleitorado Nacional

A fim de complexificar o debate anteriormente iniciado, iniciamos a análise de dados pela questão do autopoicionamento ideológico dos conjuntos de atores e, em seguida, passamos ao debate sobre os “novos” temas que circundam os conceitos de ideologia, que englobam algumas questões destacadas por Almeida (2001), Heywood (2010) e Scheffer (2016) como diferenciadoras entre os eixos esquerda-direita.

⁷Os anos de aplicação da pesquisa no Brasil foram: 1990, 1993, 1997, 2001, 2005, 2009 e 2013. O banco de dados de todas as ondas ver: <http://hdl.handle.net/1902.1/14970>, por meio do Instituto de Ciências Sociais Quantitativas da Universidade de Harvard.

⁸ Pesquisa Legislativa Brasileira.

⁹ Pesquisa de opinião pública empreendida pelo instituto internacional de pesquisa Latin American Public Project (Lapop), realizada em 2014.

*Autoposicionamento ideológico*¹⁰

Ambos os questionários utilizados apresentaram questões que solicitavam o autoposicionamento dos respondentes em uma escala de 1 (esquerda) a 10 (direita). As posições médias dos parlamentares do PT, PMDB e PSDB denotam que existe uma correspondência ideológica entre o posicionamento individual dos parlamentares e a classificação de seus respectivos partidos políticos, mostrando-se coerentes com a literatura especializada, ou seja, considerando o PT como um partido de esquerda e o PMDB e o PSDB como partidos de centro (DIAS; MENEZES; FERREIRA, 2012; MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2018; RIBEIRO; BOLOGNESI, 2018; TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Power e Zucco Junior (2009) analisaram os dados da PLB entre 1990 e 2009 e identificaram que quase 90% dos parlamentares se posicionaram mais à esquerda que a reputação do seu partido. É perceptível que os parlamentares preferem não se vincular à direita, mesmo décadas depois do fim do regime militar onde a direita se relacionava com o apoio ao regime, o que explica o fenômeno denominado como direita envergonhada (PIERUCCI, 1987). Embora seja um fenômeno que as mudanças geracionais tendem a enfraquecer a direita ainda não se assumia como tal naquele momento político.

Tarouco e Madeira (2013) afirmaram que as análises sobre ideologia partidária quase invariavelmente classificam o PT à esquerda e PMDB e PSDB no centro do espectro ideológico. Para os autores, “os partidos brasileiros têm sido classificados na dimensão esquerda-direita sem grandes controvérsias entre autores e analistas políticos.” (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 2).

É relevante destacar que esta discussão é parte da agenda de pesquisas destes pesquisadores, tanto que Maciel, Alarcon e Gimenes (2018) confrontaram a percepção dos parlamentares respondentes da onda da PLB utilizada neste artigo com relação ao posicionamento de seus partidos no espectro ideológico com os resultados de dois *surveys* aplicados a especialistas e sistematizados por Tarouco e Madeira (2015). A principal conclusão do estudo mais recente foi de haver quatro posições dos partidos naquele período, com relação aos posicionamentos identificados, sem necessariamente refletirem em atuação ideológica: [1] Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e PT à esquerda e Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) alinhados à centro-esquerda; [2] Partido Popular Socialista (PPS), PSDB e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) receberam posições distintas, sendo identificados como legendas de centro-direita pelos especialistas e de centro-esquerda pelos parlamentares; [3] PMDB com posição de centro identificada tanto por especialistas quanto pelos parlamentares; e [4] Partido Social Cristão (PSC), Partido Progressista (PP) e Democratas (DEM) identificados como partidos de direita por especialistas e como centro-direita pelos seus parlamentares.

A seguir, expõe-se o auto posicionamento dos parlamentares e dos eleitores identificados com PT, PMDB e PSDB no espectro ideológico e, com relação ao segundo grupo, permite identificar médias próximas ao centro para PMDB e PSDB,

¹⁰ A questão do auto posicionamento ideológico suscita a mobilização de referencial teórico específico, que debate a pertinência da capacidade de auto localização do eleitorado no espectro (SILVA, 2017) e a possibilidade de que, mesmo para a parcela do eleitorado que se posiciona, a indicação entre esquerda, centro e direita esteja sujeita a idiosincrasias – recorrentes na cultura política nacional (MOISÉS, 2008; RIBEIRO, 2011) – ou mesmo que sejam respostas vazias de conteúdo, ou seja, sem conhecimento sobre o que os campos ideológicos significariam histórica e teoricamente (GIMENES; FAETI, 2020). Isto posto, neste artigo tratamos os posicionamentos no espectro ideológico como percepções legítimas dos respondentes, independentes de julgamentos sobre o que consideraram em suas respostas.

ainda que seus eleitores esteja, posicionados como centro-direita (em contraposição aos seus parlamentares à centro-esquerda) e discrepância expressiva no caso do PT, com eleitorado de centro-direita destoante da posição dos parlamentares à esquerda, bem como do próprio partido.

Tabela 2 - Média do posicionamento ideológico dos parlamentares e do eleitorado, por partido

Partido	Parlamentares	Eleitorado
PT	2,62	6,09
PMDB	4,58	5,83
PSDB	4,1	6,03
Média geral	4,38	5,51

Fonte: PLB (2013) e LAPOP (2014).

A gritante diferença entre a média da identificação ideológica dos eleitores e parlamentares do PT pode ser justificada pelo fenômeno do lulismo e seu argumento de que há forte evidência de uma mistura de elementos de direita e esquerda que o PT trouxe, sendo um fenômeno consequente da combinação de ideias entre a expectativa de um Estado suficientemente forte que diminua a desigualdade sem que seja uma ameaça à ordem (SINGER, 2009).

À existência de um “conservadorismo popular” que marcou a distribuição das preferências ideológicas no Brasil após a redemocratização, teria aumentado expressivamente no primeiro mandato de Lula. “Como reflexo do realinhamento, o voto em Lula sofre uma mudança ideológica: aumenta em direção aos extremos, tanto esquerdo como direita, e cai em direção ao centro” (SINGER, 2009, p. 101).

A fim de refinar tal resultado, realizamos teste de comparação de médias por análise de variância ANOVA, em conformidade com os procedimentos expostos por Mundstock *et al* (2006). Para os parlamentares, a ANOVA com significância estatisticamente considerável (,004) permitiu-nos inferir a existência de diferenciação entre as maneiras como os legisladores se colocam no espectro ideológico, ao passo que o teste T3 de Dunnett, complementar a fim de efetuar comparações múltiplas (*post-hoc*), demonstrou que tal heterogeneidade se manifesta entre PT, PMDB e PSDB. Já entre o eleitorado, a ausência de significância do teste (,862) demonstra a relativa homogeneidade do autoposicionamento ideológico dos brasileiros que simpatizam com o PT, o PMDB e o PSDB, conforme perceptível pelos valores médios.

Aborto

O tema está em evidência na sociedade brasileira, com disputa enviesada por duas concepções principais: saúde pública e abordagem religiosa. Na perspectiva da saúde pública, os abortos realizados ilegalmente são responsáveis pela morte de milhares de mulheres, especialmente daquelas de baixa renda que se submetem ao procedimento em clínicas clandestinas precárias. De acordo com os dados do Instituto Guttmacher (2011), mais de 70 mil mulheres morrem por ano em decorrência de abortos realizados em pelas péssimas condições e a grande maioria acontece em países onde a política de aborto é restritiva, tal como é caso do Brasil.

A vertente religiosa tem um histórico de luta contra a legalização/descriminalização do aborto por considerar crime e pecado contra a vida do feto. No período em que as edições das pesquisas analisadas (PLB e LAPOP) foram aplicadas,

o aborto era permitido no Brasil em casos que a gestante corria risco de morte, em que a gestação fosse fruto de estupro ou quando o feto fosse anencéfalo. Entretanto, intercorriam nas arenas legislativas projetos que buscam restringir ainda mais o procedimento, assim como persiste o debate até a atualidade. Assim, trata-se de tema importante por questões ideológicas que envolvem a moral religiosa e o direito às mulheres, luta permanente do movimento feminista.

O questionário da PLB (2013) indagava aos parlamentares se o aborto deve ser proibido em qualquer circunstância, apresentando uma escala Likert de 1 a 5, ao qual 1 corresponde a “discorda plenamente” e 5 “concorda plenamente”. A expectativa é que partidos mais à esquerda sejam menos favoráveis a proibição do aborto e os partidos menos à esquerda sejam mais favoráveis à proibição, reiterando que as divergências acerca do tema entre as clivagens ideológicas é que a esquerda defenda a descriminalização do aborto e a direita defenda que o aborto deve ser ilegal (SCHEEFFER, 2017).

A tabela evidencia que os parlamentares do PT possuem posicionamento médio de 1,83 com propensão maior a discordarem de que o aborto deve ser proibido em qualquer circunstância e os parlamentares do PSDB e do PMDB tendem à posição “não discorda, nem concorda”, uma vez que as médias de seus posicionamentos se aproximam do ponto central da escala (3).

Tabela 3 - Média do posicionamento dos parlamentares com relação ao aborto, por partido

Partido	Parlamentares
PT	1,83
PMDB	2,8
PSDB	2,6
Total	2,92

Fonte: PLB (2013).

Com relação à variância entre as médias, destacamos a significância do teste (,023), indicativo de rejeição da hipótese de igualdade de posicionamento entre todos os grupos, sendo que o teste T3 de Dunnett permitiu constatar que a variância do posicionamento de parlamentares com relação ao aborto é heterogênea especialmente por conta dos parlamentares petistas.

Com relação ao eleitorado, reconhecemos que as questões são distintas, contudo entendemos ser pertinente o cotejamento dos dados pela comparação, ainda que limitada, da tendência dos posicionamentos dos representantes e representados entrevistados. Com relação à opinião pública, considerando os simpatizantes dos três partidos políticos foi feita a seguinte pergunta: “O sr. /sra. acredita que se justifica a interrupção da gravidez, ou seja, um aborto quando a saúde da mãe está em perigo?” Sendo duas opções de respostas: “Sim, se justifica” e “Não, não se justifica”.

Tabela 4 - Posicionamento do eleitorado com relação ao aborto, por partido

Partido	Sim, se justifica (%)	Não, não se justifica (%)
PT	67,24	32,76
PMDB	70,17	29,82
PSDB	68,57	31,43

Fonte: LAPOP (2014).

A maioria dos eleitores dos três partidos - como o conjunto dos demais - entendem o aborto justificável quando a saúde da mãe está em perigo, apontando uma opinião pouco conservadora acerca do tema. Conforme apontam os percentuais, as respostas dos eleitores foram bastante homogêneas, tanto que o teste ANOVA não retornou significativo (,961), mas devemos destacar que não significa que a maioria seja a favor da descriminalização do aborto, já que o que estava em evidência no enunciado são as condições de vida da mãe e não em qualquer situação, o que já é permitido por lei.

Em comparação, há relativa congruência com relação à forma que os representantes e representados dos partidos políticos PT, PMDB e PSDB se posicionam sobre o aborto. Além disso, percebemos uma coerência entre a maneira como os parlamentares se posicionam acerca do tema com a expectativa relacionada à ideologia dos seus respectivos partidos políticos.

União homoafetiva

No Brasil, em 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a união homossexual à heterossexual, inclusive havendo possibilidades de adoção de crianças e historicamente há movimentos sociais que visam fortalecer e legitimar os direitos aos homossexuais. No período em que as edições das pesquisas analisadas foram aplicadas, estava em evidência o tema do direito civil dos homossexuais se casarem, sendo que em 14 de maio de 2013 entrou em vigor a Resolução n. 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que passou a habilitar a celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo. Dessa maneira, nenhum cartório do país pode se recusar a realizar uniões homoafetivas em casamento civil. Antes da Resolução, era necessário que o casal entrasse na Justiça para o reconhecimento da união

O questionário da PLB indagava se casais homossexuais devem ter o direito de casar, apresentando uma escala Likert de 1 a 5, ao qual 1 corresponde a “discorda plenamente” e 5 “concorda plenamente”. A expectativa é que partidos mais à esquerda concordem com a afirmação e partidos à direita discordem, fundamentando-se na teoria que a esquerda seja a favor da legalização da união entre pessoas do mesmo sexo e a direita seja a favor da proibição da união homossexual (SCHEEFFER, 2017), reforçando a distinção entre pautas progressistas e igualitárias *versus* conservadoras e religiosas.

O resultado aponta que os parlamentares petistas se posicionaram próximos à plena concordância com o direito à união entre homossexuais, ao passo que os parlamentares do PMDB e do PSDB apresentaram posições médias próximas ao “nem concorda, nem discorda”, com mínimas tendências do PMDB à concordância e do PSDB à discordância.

Tabela 5 – Média do posicionamento dos parlamentares e do eleitorado com relação ao casamento homossexual, por partido

Partido	Parlamentares	Eleitorado
PT	4,8	5,21
PMDB	3,2	5,07
PSDB	2,8	3,5
Total	3,22	5,09

Fonte: PLB (2013) e LAPOP (2014).

Com relação a esse mesmo tema, o banco de dados de opinião pública questionou “O quanto o sr/sra. aprova ou desaprova que casais homossexuais tenham o direito de se casar?”, apresentando uma escala crescente de 10 pontos. A média indica posições próximas ao meio da escala, o que se reflete para eleitores identificados com PT e PMDB, com leve destaque aos petistas por serem mais favoráveis à união. Ademais, cabe ressaltar a posição mais conservadora de eleitores simpatizantes do PSDB.

Considerando os resultados, embora o PSDB tenha surgido a partir das dissonâncias no interior do PMDB, o PSDB tende a ser mais conservador e mais próximo ao que se espera da direita, ou seja, contra a união homossexual. Entretanto, conquanto essa incoerência ideológica, podemos identificar uma sumária congruência entre os representantes e representados do partido, sendo que o mesmo se repete com relação ao PMDB, em que os parlamentares mostram tendências similares aos simpatizantes em posições médias. A diferenciação se manifesta de maneira expressiva apenas no caso do PT, pois seus parlamentares são amplamente favoráveis à igualdade do direito ao casamento.

A análise de variância retornou expressivamente significativa ($,000$) para os parlamentares, cujo teste T3 de Dunnett para comparação de médias indicou heterogeneidade entre os posicionamentos dos partidários das três legendas analisadas, com maior diferenciação dos filiados ao PT. Considerando a abordagem metodológica de Mundstock *et al* (2006), a ANOVA revelou a existência de variância entre os posicionamentos dos eleitores que simpatizam com os três partidos ($,042$), ao que o teste T3 de Dunnett revelou que tal diferenciação é especialmente relevante entre os partidários do PT e do PSDB.

Meio ambiente

A década de 1990 foi marcada por diversas conferências mundiais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) que trataram da problemática do meio ambiente como consequência de previsões catastróficas por escassez de recursos naturais diante de objetivos econômicos ilimitados. De acordo com Moreira e Oliveira (2012), o tema traz uma oposição de ideologias entre desenvolvimentismo e ambientalismo, o que reflete em conflitos entre países desenvolvidos *versus* países em desenvolvimento diante do capitalismo, de modo que países como o Brasil se veem obrigados a se posicionar entre priorizar o meio ambiente ou o desenvolvimento.

De acordo com Layrargues (2006) o movimento ecológico e ambientalista tem um forte viés ideológico, com destaque à perspectiva pós-materialista evidenciada por Inglehart (1988), no sentido de tratar-se de uma pauta decorrente da condição de vida material de populações de sociedades modernas ocidentais nas quais outros valores emergem como relevantes, como a atenção às questões ambientais. Contudo, existiria uma corrente de pensamento conhecida como “ecologismo popular”, em que grupos sociais se preocupam com a proteção ambiental por questão de sobrevivência e não por terem qualidade de vida e material garantidas, sendo grupos que empreendem a luta ecológica independentemente de serem rotulados com ambientais, pois “lutam por políticas ambientais de caráter distributivo, ou seja, que sejam capazes de regular o acesso justo ao uso dos serviços e produtos da natureza, promovendo a simultaneamente à justiça ambiental e a melhoria ambiental” (LAYRARGUES, 2006, p. 7).

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 determina que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, ao passo que o artigo 170 consta a defesa do meio ambiente como “princípio geral da ordem econômica e financeira ao lado dos princípios da função social da propriedade, da redução das desigualdades sociais e da busca do pleno emprego”. Assim, juridicamente a defesa ao meio ambiente sobrepõe-se ao desenvolvimento econômico, considerando que um ambiente equilibrado é direito à coletividade.

Como o desenvolvimento sustentável está relacionado ao respeito social e ambiental, considera um antagonismo entre meio ambiente e economia (CONDESSO, 2001), tendo as clivagens ideológicas à esquerda com prioridade para a problemática ambiental e à direita voltadas ao crescimento econômico, como definido por Scheeffter (2017) como princípios antagônicos, pois no Congresso Nacional existe a banca ruralista, comprometida com a atividade produtiva e os ambientalistas que, em tese, defendem a proteção ambiental. De acordo com autor, a relação entre ideologia, voto a questão ambiental demonstra claras divergências entre esquerda e direita, já que a questão ambiental tem relação direta com as divergências sobre o papel do Estado e seu grau de interferência no âmbito econômico e social.

Com relação ao tema, a PLB (2013) apresenta a questão: “Qual dos dois argumentos se aproxima mais do seu ponto de vista? 1) A defesa do meio ambiente deveria ser prioritária, mesma se causasse atraso no desenvolvimento econômico e menos ofertas de empregos. 2) Desenvolvimento econômico e criação de empregos deveriam ser prioritários mesmo que o meio ambiente sofra algum dano”. Os resultados apontam que a maioria dos parlamentares do PSDB e do PT se posicionaram a favor da defesa do meio ambiente, enquanto os políticos do PMDB se mostraram mais a favor do desenvolvimento econômico e empregos. Contudo, tal diferenciação não se confirma pela análise da variância ($\text{sig} = ,176$), o que nos permite inferir que, ainda que os parlamentares desses três partidos assumam distintos posicionamentos com relação à contraposição entre defesa do meio ambiente e crescimento econômico, há relativa homogeneidade na distribuição das manifestações no interior das legendas.

Tabela 6 - Posicionamento dos parlamentares com relação ao conflito meio ambiente \times economia, por partido

Partido	Defesa do meio ambiente mais importante (%)	Desenvolvimento econômico e empregos mais importantes (%)
PT	57,9	42,1
PMDB	30,77	69,23
PSDB	63,64	36,36

Fonte: PLB (2013).

Com relação aos eleitores, o questionário do LAPOP (2014), fez a seguinte pergunta aos entrevistados: Na sua opinião, o que deveria ter prioridade: proteger o meio ambiente ou promover o crescimento econômico? Sendo três as opções de respostas “Proteger o meio ambiente”, “Promover o crescimento econômico” e “Ambos”. A grande maioria dos respondentes de todos os partidos disseram que proteger o meio ambiente é prioridade, tanto que a ANOVA não retornou significância no teste de variância ($\text{sig} = ,892$), dada a homogeneidade das respostas entre simpáticos às três legendas.

Tabela 7 - Posicionamento do eleitorado com relação ao conflito meio ambiente x economia, por partido

Partido	Meio Ambiente (%)	Crescimento econômico (%)	Ambos (%)
PT	66,48	19,55	13,97
PMDB	71,19	16,95	11,86
PSDB	63,89	25	11,11

Fonte: LAPOP (2014).

Analisando os resultados em conjunto, parlamentares e eleitores do PT e PSDB mostraram-se congruentes ao se posicionarem majoritariamente a favor da proteção ambiental, ao passo que houve incongruência com relação aos representantes e representados do PMDB, visto que os primeiros optaram em sua maioria pelo desenvolvimento econômico e os eleitores acreditavam ser mais importante a proteção ambiental. Conforme afirmado anteriormente, atribui-se, em parte, a incongruência do PMDB ao fato de sua dispersão enquanto sigla, controlada por diferentes lideranças de forte presença regional, o que dificulta a identificação parlamentar-eleitorado.

Considerações Finais

Considerando nosso objetivo de contribuir com o debate sobre a representação política no Brasil a partir de diálogos sobre a congruência entre parlamentares e eleitores relacionados aos partidos políticos mais expressivos nacionalmente no início da década de 2010, assumimos as limitações dos dados disponíveis em nossa análise. No entanto, a ausência de dados mais assertivos é também justificativa para estudos exploratórios como este, que utilizou o banco da PLB coletada em 2013 e do LAPOP de 2014.

Para tanto, estabelecemos diálogos entre as posições dos parlamentares dos três partidos mencionados e do eleitorado identificado com as mesmas legendas com relação a dois aspectos: o espectro ideológico e temas pós-materiais. Assim, analisamos como esses conjuntos de atores se auto posicionam entre esquerda, centro e direita e suas manifestações sobre aborto, casamento homossexual e a contraposição entre meio ambiente e economia.

O primeiro resultado de nossa análise permitiu inferir que os parlamentares do PT, do PMDB e do PSDB e o eleitorado identificado com essas legendas percebem suas posições no espectro ideológico de modo diferente. Os legisladores petistas declararam-se mais à esquerda e aqueles do PSDB localizaram-se como centro-esquerda e do PMDB mais próximos ao centro. Em contrapartida, os eleitores apontaram os três partidos como de centro-direita, sendo que os identificados com o PMDB localizaram-no mais ao centro e eleitores do PT e PSDB informaram posição média praticamente igual para ambos. Sendo a maior discrepância identificada com relação ao PT, destacamos que tal incongruência se deve, em alguma medida, ao fenômeno do lulismo, que afeta as bases sociais dos petistas e o contexto político-econômico nacional. Ademais, um resultado decorrente do refinamento estatístico desta análise descritiva expõe a existência de diferenças expressivas entre os parlamentares, ao passo que as médias próximas de autoposicionamentos de eleitores dos três partidos não permitiram identificarmos variâncias entre os brasileiros em geral, conforme apontam os testes ANOVA e T3 de Dunnett.

Em se tratando dos novos temas, os resultados apontaram relativa congruência, em termos descritivos, para temas morais – aborto e casamento homossexual –, apesar das diferentes formulações das questões, especialmente para o PT e o PSDB. De modo mais específico, as análises de variância demonstraram que os parlamentares assumem posições distintas com relação aos temas morais – aborto e casamento homossexual – de modo incisivo, com destaque ao posicionamento dos petistas sobre ambos os temas. Com relação ao eleitorado não identificamos diferenças entre as percepções sobre o aborto, o que pode estar relacionado (em alguma medida) à formulação da questão) e para a aprovação ao casamento de pessoas do mesmo sexo foi verificada diferenciação, especialmente entre eleitores do PT e do PSDB. Acerca da contraposição meio ambiente *versus* economia, não identificamos diferenciação entre os posicionamentos de parlamentares e eleitores de nenhum dos três partidos destacados na análise.

Isto posto, de modo amplo, nosso cotejamento identificou que os posicionamentos e opiniões entre os representantes e representados inclinam-se de forma coerente, portanto, consideramos que havia congruência política entre parlamentares e eleitores simpáticos ao PT, ao PMDB e ao PSDB naquele contexto.

Contudo, cabe salientar que os posicionamentos individuais dos parlamentares não necessariamente refletem em sua atuação, ou seja, a forma como se posicionam ao responderem os questionários não garante que, na prática política, se colocarão da mesma maneira. Como salientou Stokes (1963), durante as eleições, os representados não necessariamente se posicionam em uma escala ideológica unilinear e os partidos procuram valências que agreguem os votantes, o que pode se repetir ao se tratar de questionários aplicados diretamente aos parlamentares (TELLES, 2016).

Refletindo sobre os avanços nesta agenda de discussões, destacamos que existem possibilidades de ampliação da pesquisa que podem colaborar com os estudos sobre representação política no Brasil, inclusive incluindo outros partidos políticos menos expressivos. Também seria pertinente o desenvolvimento de estudos que comparem o grau de congruência política e ideológica entre representantes e representados do Brasil com outros países, além da possibilidade de estudos longitudinais que comparem diferentes anos e ondas de pesquisas.

Para tanto, salientamos a importância da conscientização dos parlamentares federais para participarem da PLB e contribuírem à edificação de amostras representativas da elite política legislativa federal, assim como é pertinente considerar o detalhamento de temáticas em *surveys* aplicados à população, ainda que sem replicação de perguntas que proporcionariam comparações.

Diante do vasto campo de estudos que pode ser explorado e desenvolvido acerca da representação política e ideológica no Brasil, o entendimento é de que este trabalho atingiu seu objetivo de contribuir com o preenchimento de lacunas no campo das relações entre representação política e congruência política, indubitavelmente relevante à Ciência Política.

Referências

ACHEN, Christopher H. Measuring representation: perils of the correlation coefficient. *American Journal of Political Science*, Austin, v. 21, n. 4, p. 805-815, 1977.

ACHEN, Christopher H. Measuring representation. *American Journal of Political Science*, Austin, v. 22, n. 3, p. 475-510, 1978.

ALMEIDA, Adalberto C. Ideologia e comportamento eleitoral: evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25., 2001, Caxambu. *Anais* [...]. Caxambu: ANPOCS, 2001.

ANDEWEG, Rudy. Approaching perfect policy congruence: measurement, development, and relevance for political representation. In: ROSEMA, M.; DENTERS, B.; AARTS, K. *How democracy works: political representation and policy congruence in modern societies*. Amsterdam: Pallas Publications, 2011. p. 39-52.

ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz; MENDES, Lucas. Democracia representativa e congruência política: uma relação de causalidade. *Revista e-Civitas*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 152-168, 2020.

BRAGA, María do Socorro Sousa; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo; BORGES, Tiago. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. *América Latina Hoy, Salamanca*, Salamanca, v. 62, p. 15-45, 2012.

CARREIRÃO, Yan. O debate metodológico na literatura internacional sobre representação política como "congruência política" entre representados e representantes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38., 2014, Caxambu. *Anais* [...]. Caxambu: ANPOCS, 2014. p. 1-26.

CONDESSO, Fernando dos Reis. *Direito do ambiente*. Coimbra: Almedina, 2001.

CONVERSE, Philip E.; PIERCE, Roy. *Political representation in France*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ABRUCIO, Fernando Luiz; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. As eleições municipais de 2012 e seus efeitos nacionais. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 193-207, 2013.

DIAS, Marcia Ribeiro; MENEZES, Daiane; FERREIRA, Geison Cunha. "A quem serve o Graal?": um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 209-235, 2012.

FAETI, Filipe Vicentini. *Como atuam os filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT): um estudo exploratório*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (org.) *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Ed. Unesp, 2007. p. 303-348.

GIMENES, Éder Rodrigo. Partidarismo, mobilização cognitiva e participação política no Brasil. In: MARTELLI, C. G.; JARDIM, M. C.; GIMENES, É. R. (org.). *Participação política e democracia no Brasil contemporâneo*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2018a. v. 1, p. 111-150.

GIMENES, Éder Rodrigo. Considerações sobre as relações entre eleitores e partidos políticos no Brasil. In: PECCININ, L. E. (org.). *Direito Partidário*. Belo Horizonte: Fórum, 2018b. p. 109-133. v. 2, Tratado de direito eleitoral.

GIMENES, Éder Rodrigo. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias**: partidarismo na América Latina. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GIMENES, Éder Rodrigo; FAETI, Filipe Vicentini. Petista, lulista, esquerdista? perfis de eleitores e vínculos com o Partido dos Trabalhadores no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 12., 2020, João Pessoa. *Anais* [...]. João Pessoa: Associação Brasileira de Ciência Política, 2020. p. 1-22. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/index.php/system/files/documentos/eventos/2021/01/petista-lulista-esquerdista-perfis-eleitores-e-vinculos-com.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022

GOLDER, Matt; STRAMSKI, Jacek. Ideological congruence and electoral institutions. *American Journal of Political Science*, Austin, v. 54, n. 1, p. 90-106, 2010.

GUTTMACHER INSTITUTE. *Long-term decline in U.S. abortions has stalled; provider harassment has increased*. New York: Guttmacher Institute, 2011. Disponível em: www.guttmacherinstitute.org/sections/abortion.php. Acesso em: dez. 2017.

HEYWOOD, Andrew. *Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo*. Tradução Janaína Marco Antonio, Mariane Janikian. São Paulo: Ática, 2010. 2 v.

- INGLEHART, Ronald. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, 1988.
- KINZO, Maria D'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários. In: KINZO, M. D.; BRAGA, M. S. (org.). *Eleitores e representação partidária no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2007.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (org.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 71-103.
- MACIEL, Ana Paula Brito; DE OLIVEIRA ALARCON, Anderson; GIMENES, Éder Rodrigo. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, Curitiba, v. 8, p. 72-88, 2018.
- MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 105-138, 2006.
- MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E. Constituency influence in Congress. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 57, n. 1, p. 45-56, 1963.
- MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.
- MOREIRA, Paula Gomes; OLIVEIRA, Natália Couto de. O Brasil e as Três Conferências das Nações Unidas sobre meio ambiente. *História e Economia*, São Paulo, v. 9, p. 99-116, 2012.
- MUNDSTOCK, Elsa; FACHEL, Jandyra Maria Guimarães; CAMEY, Suzi Alves; AGRANONIK, Marilyn. *Introdução à análise estatística: utilizando o SPSS 13.0*. Porto Alegre: Instituto de Matemática, 2006. Disponível em: http://euler.mat.ufrgs.br/~camey/SPSS/Introdu%20An%20E1lise%20Estat%20ica%20utilizando%20o%20SPSS%2013_0.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.
- OTERO-FELIPE, Patrícia; MATEOS, Araceli; RIVAS, Cristina. Political parties versus presidents. An analysis of ideological congruence in Latin America. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, Salamanca, v. 9, n. 1, p. 119-150, 2020.
- OTERO-FELIPE, Patricia; RODRIQUEZ-ZEPEDA, Juan. Measuring representation in Latin America: a study of ideological congruence between parties and voters. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 106., 2010, Washington. *Anais [...]*. [S. l.]: Apsa, 2010.
- PAGE, Benjamin I.; SHAPIRO, Robert Y. Effects of public opinion on policy. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 77, n. 1, p. 175-190, 1983.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da Nova Direita. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 19, p. 26-45, 1987.
- PITKIN, Hannah F. O conceito de representação. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (org.). *Política & Sociedade*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967. v. 2.
- POWER, Timothy J.; ZUCCO JUNIOR, Cesar. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. *Latin American Research Review*, Pittsburgh, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.
- RIBEIRO, Ednaldo A.; BOLOGNESI, Bruno. Ideologia e representação: valores e atitudes de legisladores municipais. In: GIMENES, É. R.; BORBA, J. (org.). *Poder legislativo e cultura política: valores, atitudes, trajetória e comportamento político dos vereadores e vereadoras do Estado de Santa Catarina*. Curitiba: CPOP, 2018. p. 131-181.
- ROMERO, Raúl Rocha. Introducción: La representación política como desafío de la democracia moderna. In: ROMERO, Raúl Rocha (ed.). *Representación política sustantiva de las minorías indígenas en México: cultura, instituciones y subjetividad*. Ciudad do México: UNAM, 2021. p. 15-42.
- SARTORI, Giovanni. *Parties and party systems: a framework for analysis*. New York: Cambridge University Press, 1976.

- SCHEEFFER, Fernando. *Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: faz sentido ainda falar em esquerda e direita?*. 2016. Tese (Doutorado Sociologia Política) – UFSC, Florianópolis, 2016.
- SCHEEFFER, Fernando. Esquerda, direita e “novos” temas na Câmara dos Deputados. *Revista Eletrônica Direito e Política*, Itajaí, v. 12, n. 3, p. 1096-1124, 2017.
- SILVA, Thiago Moreira da. *Para além de esquerda e direita: a multidimensionalidade das crenças no Brasil contemporâneo (1989-2014)*. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 85, p. 83-102, 2009.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- STOKES, Donald E. Spatial models of party competition. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 57, n. 2, p. 368-377, 1963.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. e24-e39, 2015.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, p.149-165, 2013.
- TELLES, Helcimara. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. *Ponto e Vírgula*, São Paulo, n. 19, p. 97-125, 2016.
- URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Lua Nova*, São Paulo, v. 67, p. 191-228, 2006.
- VEIGA, Luciana Fernandes. O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 400-425, nov. 2011.
- WEISSBERG, Robert. Collective vs. Dyadic Representation in Congress. *The American Political Science Review*, Baltimore, v. 72, n. 2, p. 535-547, 1978.

Declaração de Co-Autoria: Ana Paula Brito Maciel foi responsável pela concepção do trabalho e elaboração do texto. Celene Tonella foi a orientadora da dissertação de mestrado da qual decorre o presente trabalho, tendo contribuído para o desenho da pesquisa, a definição do referencial teórico e a sistematização, processamento e análise dos dados. Éder Rodrigo Gimenes declara que foi o coorientador da dissertação e também contribuiu para o desenho da pesquisa, a definição do referencial teórico e a sistematização, processamento e análise de dados.

*Minicurrículo do/as Autore/as:

Ana Paula Brito Maciel. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2018). Doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. Pesquisa financiada pela Capes (Processo nº 2935/2014). E-mail: anapaulabmaciel@gmail.com.

Celene Tonella. Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997). Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e ao Programa Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisa financiada pela Capes (Processo nº 2935/2014). E-mail: celenetonella@yahoo.com.br.

Éder Rodrigo Gimenes. Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. (2015). Docente junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Pesquisa financiada pela Capes (Processo nº 2935/2014). E-mail: ergimenes@uem.br.